

Anais da Assembléia

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 16 DE OUTUBRO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério
— Quielise Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Aglides de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielise Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
REUNIÕES — As terças-feiras
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lélcio Guimarães Sotto-Maior
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielise Crisostomo — Domício Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domício Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

3ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura Ata da 193.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 16 de Outubro de 1973 (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quíelise Crisóstomo — Wilson Brandão — Aginaldo Pereira Lima e Rosário Pitelli (36); achando-se ausentes os Srs. Deputados: João Mansur — Hélio Manfrinato — Antônio Maciel — Emílio Carazzai — Fuad Nacli — Ivo Rocha — João Fadel — Luiz Roberto Soares — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, destinada à apreciação de Votos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 36 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 229-73, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 195-71, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo criar na sede do Município de São Pedro do Paraná, uma Escola Normal de Grau Secundário, para funcionar a partir do próximo ano letivo. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário, EM REGIME DE URGÊNCIA. — Encerrada a discussão. — Em votação. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 17, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 230-73.
Levanta-se a Sessão.

3ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura Ata da 194.ª Sessão Ordinária Realizada em 16 de Outubro de 1973 (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Aginaldo Pereira Lima — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quíelise Crisóstomo — Wilson Brandão e Rosário Pitelli (36); achando-se ausentes os Srs. Deputados João Mansur — Hélio Manfrinato — Antônio Maciel — Emílio Carazzai — Fuad Nacli — Ivo Rocha — João Fadel — Luiz Roberto Soares — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **S E S S Ã O**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Borsari Neto, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 191-73.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido nesta data do Sr. ADHERBAL STRESSER, Diretor Superintendente dos Diários Associados.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada, à TV - Paraná Canal 6, e ao "Diário do Paraná".
Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1973.

(a) — Maurício Fruet

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, depois de ouvido o Plenário, a inserção em Ata de um voto de pesar pelo falecimento do jornalista Adherbal Stresser, diretor do "Diário do Paraná" e das TV Paraná, de Curitiba e Coroados, de Londrina.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1973.

(a) — Jorge Sato

JUSTIFICATIVA:

O jornalista Adherbal Stresser era, inegavelmente, uma das expressões mais altas da vida de nossa imprensa. Ex-diretor do Departamento de Divulgação do Estado, diretor do "Diário do Paraná", e das TV Paraná, de Curitiba e Coroados, de Londrina, sempre soube imprimir aos órgãos que dirigiu, uma linha de conduta exemplar, resguardando sempre, os altos interesses do Estado e da coletividade paranaense. É por isso que ele merece esta homenagem póstuma da Assembléia Legislativa do Paraná.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, requer, a aprovação, por esta colenda Casa, de um voto de profundo pesar pelo falecimento, ontem, em consequência de trágico acidente na BR-277 do Senhor Ulisses Oro, comerciante e membro de tradicional família radicado em Guaraniaçu.

Requer, outrossim, seja dado conhecimento à família enlutada naquela cidade.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1973.

(a) — Iris Caldart

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, vem na forma regimental e após ouvido o Plenário, requerer seja consignado um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor EULISSE ORO, ex-Vereador do Município de Guaraniaçu, vítima de lamentável acidente automobilístico ocorrido em data de ontem.

Outrossim, requer mais, seja dado ciência à família enlutada, residente naquele Município.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1973.

(a) — Antônio Costa

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Ulisses Oro, ocorrido hoje, em acidente de automóvel.

Outrossim, requer que da decisão da Mesa, seja dada ciência à família enlutada, na cidade de Guaraniaçu.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1973.

(a) — Hélio Manfrinato

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de um voto de regozijo pelo transcurso ontem do Dia dos Professores.

Outrossim, requer ainda, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Cultura e à Associação dos Professores do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1973.

(a) — Maurício Fruet

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, requer, após ouvido o Plenário, um voto de congratulações à Firma IGASA, pela campanha encetada em favor da humanização do Trânsito de nossa cidade, mandando confeccionar milhares de plásticos adesivos invocando aos motoristas o seguinte:

"Faça uma gentileza por dia".

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1973.

(a) — Nelson Buffara

OBS.: Outrossim, solicita ainda da decisão da Casa, dê-se ciência à Firma, à rua João Negrão.

Requerimento

Senhor Presidente:

Considerando:

1 — recente determinação do Senhor Governador do Estado autorizando o início da dragagem do canal que dá acesso ao Porto de Antonina;

2 — que apesar de estar assegurado o começo deste trabalho para o início de outubro do corrente, até agora nenhuma providência foi adotada com sérios prejuízos para o povo de Antonina, requeiro regimentalmente o envio do ofício ao Senhor Governador no sentido de que Sua Excelência se digne determinar aos órgãos competentes o início desses trabalhos de imediato, pois, como consequência da demora já há 70 dias nenhum navio aporta em Antonina.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1973.

(a) — Maurício Fruet

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente requer envio de expediente ao Senhor Engenheiro Arturo Andreoli, Diretor Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL, solicitando providências do mesmo no sentido de que determine a extensão dos benefícios provenientes da rede de energia elétrica, para os distritos de Santa Maria, Linha Góes, Alvorada d'Oeste e Cielito, todos no Município de Cascavel.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1973

(a) — Odilon Reinhardt

JUSTIFICATIVA: Não constituirá por certo para ninguém novidade alguma ao desenvolvimento porque ora atravessa toda Região Oeste do Estado do Paraná e especialmente seu Município mais importante ou seja o de Cascavel.

A facilidade através da qual, ali se sedimentam os mais diversificados meios de cultura, tem contribuído de maneira eficaz e preponderante para o desenvolvimento daquela área municipal.

Os Distritos de Santa Maria, Linha Góes, Alvorada d'Oeste e Cielito, todos componentes do Município de Cascavel, não poderiam permanecer indiferentes àquele desenvolvimento, e, vêm crescer de ano para ano em percentagem bastante considerável seu complexo populacional.

Em face de tal crescimento, há a necessidade de que se proporcione à população rural ali sediada, maiores condições de trabalho, existência e desenvolvimento.

Motivados por esta necessidade, houvevemos por bem, apresentar o presente Requerimento, que objetiva precipuamente levar àquela população o reconhecimento das autoridades estaduais ao trabalho de expansão e crescimento que ali se vem desenvolvendo.

Sempre tivemos por parte da Direção da COPEL, a máxima atenção e consideração aos apelos para a extensão de rede de energia elétrica que lhes endereçamos, motivo pelo qual, temos a absoluta certeza de que, uma vez mais, poderemos contar com a compreensão e o acatamento daquela companhia subsidiária da energia elétrica em nosso Estado para o pedido que ora levamos a efeito.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 234-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria, o trecho de estrada da PR-25 que liga a sede do Município de Tijucas do Sul a Morro do Tigre, na barranca do Rio Negro, numa extensão de aproximadamente 13 kms.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1973.

(a) — Leopoldo Jacomel

JUSTIFICATIVA: — O objetivo principal do Projeto é fazer com que o D.E.R. volte a conservar este trecho de estrada, o qual durante longos anos esteve sob sua jurisdição e responsabilidade.

Há nove anos que o Departamento abandonou essa via, de tão grande importância para os municípios da Região de Tijucas do Sul. Assim sendo, não houve outra alternativa para o Município do que a de empregar os poucos recursos de que dispõe e manter relativamente conservado o trecho objeto deste Plano de Lei, tendo-se em vista a necessidade do trânsito na Região.

Todavia, como existe uma turma de conservação no trecho Rincão-Tijucas do Sul, nada impede que o D.E.R. reassuma essa responsabilidade, tão onerosa a Tijucas do Sul.

PROJETO DE LEI N.º 235-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica denominada "Antonio Pereira de Carvalho", a Escola Técnica de Comércio, do Município de Alto Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1973

(a) — Basílio Zanusso

JUSTIFICATIVA:

Pretende-se, pelo presente Plano de Lei, denominar "Antonio Pereira de Carvalho", a Escola Técnica de Comércio, do Município de Alto Paraná.

O homenageado, pelos relevantes serviços prestados a referida Escola, quer como professor dos mais capazes, quer como amigo dedicado ao aperfeiçoamento do ensino, conquistou a admiração e o respeito de seus conterrâneos pela sua invulgar capacidade de trabalho e pelo seu idealismo à causa pública.

Desnecessário aduzirmos outras considerações, face os requisitos funcionais do homenageado.

Assim, esperamos contar com o valioso apoio dos nobres Pares na aprovação do presente Plano de Lei.

PROJETO DE LEI N.º 236-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Alto Paraná, a data n.º 9, da quadra n.º 369, com área de 675 00 m² (seiscentos e setenta e cinco) metros quadrados, situada no referido Município e com as divisas e confrontações seguintes: "pela frente, confrontando com a rua Anchieta; de um lado confrontando com a data n.º 7, de outro lado, confrontando com as datas n.ºs. 11, 12 e 13; e, finalmente, pelos fundos, confrontando com a data n.º 10; sendo mencionadas pertencentes à quadra 369, da Planta Oficial da cidade de Alto Paraná. Havido pelo Estado do Paraná conforme Transcrição n.º 3.255, do Livro 3-C, do Registro de Imóveis da Comarca de Nova Esperança.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1973

(a) — Basílio Zanusso

JUSTIFICATIVA:

O imóvel foi adquirido com recursos do Município, por ocasião da instalação daquela Comarca.

Atualmente o Estado não necessita do imóvel, porquanto o fórum funciona em prédio novo e próprio. Sendo justa a pretensão, espero o apoio de meus nobres Pares.

PROJETO DE LEI N.º 237-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de utilidade pública a Irmandade da Santa Casa de Uraí, com sede na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1973

(a) — Borsari Netto

JUSTIFICATIVA:

Pretendemos declarar de utilidade pública a Irmandade da Santa Casa de Uraí, pelos relevantes serviços prestados àquela comunidade.

Conforme declaração anexa, que prova seu funcionamento altamente filantrópico, a referida entidade torna-se credora da declaração de utilidade pública que ora propomos.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem, tivemos oportunidade de assistir o início de uma campanha que realmente nos sensibilizou. Eis que uma empresa paranaense, uma firma aqui de Curitiba, iniciava uma campanha de humanização do trânsito em nossa Capital. E, para tanto, mandou confeccionar numa firma especializada milhares de plásticos com a seguinte inscrição:

"FAÇA UMA GENTILEZA POR DIA. — CAMPANHA DE HUMANIZAÇÃO DO TRÂNSITO".

Levou milhares de plásticos semelhantes a este que exibo para os Nobres Pares, e entregou ao Sr. Diretor do Detran, com o objetivo de que cada um dos veículos que trafega nas ruas de nossa Capital ostente no seu parabrisa este plástico.

Na realidade, estamos fazendo essa observação, hoje, de nossa Tribuna, porque grande percentual de motoristas que dirige seus veículos, — mesmo eu e não sei explicar porque — se embrutece e é muito raro, evidentemente não há regra sem exceção, um motorista que dê a vez a um carro para entrar numa preferencial, quando não existe um semáforo. Eu mesmo, às vezes, sou gentil, mas em outras ocasiões não o sou.

É preciso que os motoristas se conscientizem desse fato e se conseguirmos isso que diz no plástico, que deve ser colocado em todos os carros "faça uma gentileza por dia", se cada um dos Srs. motoristas fizer uma gentileza por dia, quero crer que teremos alcançado o objetivo da campanha encetada por Igasa S/A.

Em função desse acontecimento, quero registrar nos Anais da Casa um voto de louvar a essa firma — Igasa S/A — por essa iniciativa e que outras firmas, a exemplo dessa, façam outras campanhas semelhantes, porque, enquanto não humanizarmos o trânsito, estaremos dando condições para que nossas vidas sejam ceifadas.

Sr. Presidente, solicito também que se dê conhecimento à firma Igasa S/A desse nosso voto de louvor.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não há mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, nem inscritos para o Grande Expediente. Está livre a palavra. (Pausa). Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 36 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Borsari Netto, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constantes do Expediente. Necessitam de apoio. — Apoiados. Serão encaminhados à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 126-73, de autoria do Dep. Cândido M. de Oliveira que declara de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Professores do Grupo Escolar Professor Cleto", APPROCLE. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 177-71, de autoria do Dep. Sebastião Rodrigues, que acresce do parágrafo que especifica, ao artigo 84, da Lei n.º 5.871 de 6.11.68. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 166-73, de autoria do Dep. Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Piraquara, um (1) trator marca Caterpillar, modelo D4-40-A, série 1593, e um (1) trator marca John Deere, 730-S, série 7325948, pertencentes a Secretaria de Agricultura. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., Em regime de urgência. Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 168-73, de autoria do Dep. Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Quitandinha, um (1) trator Esteira marca Caterpillar, modelo D4-40-A. Série 1595, pertencente a Secretaria de Agricultura. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., Em regime de urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 182-73, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo transferir por doação, à Fundação Educacional do Estado do Paraná — FUNDEPAR, o terreno situado no quadro urbano da sede do Município de Querência do Norte, para nele ser construída uma unidade escolar e demais instalações. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., Em regime de urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 198-73, de autoria do Dep. Xenofonte Villanueva, que declara de Utilidade Pública o Instituto Nossa Senhora Auxiliadora, com sede na cidade de Cambé. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., Em regime de urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 199-73, de autoria do Dep. Antônio Lopes Júnior, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Sr. Dr. José Luiz Guerra Rego. Parecer favorável da C.C.J., Em regime de urgência. Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 218-71, de autoria do Dep. Antônio F.F. da Costa, que cria, uma Inspeção Regional de Ensino na sede do Município de São Jorge do Ivaí. Parecer contrário da C.C.J. e favoráveis da C.F. e C.I.P. — Rejeitado.

PROJETO DE LEI N.º 218-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

SÚMULA: — Cria uma Inspeção Regional de Ensino na Sede do Município de São Jorge do Ivaí

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Município de São Jorge do Ivaí, uma Inspeção Regional de Ensino.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1971

Antonio Franco Ferreira da Costa Filho

JUSTIFICATIVA:

São Jorge do Ivaí, laborioso município paranaense, pela posição geográfica que ocupa, engloba vasto contingente estudantil, encerrando portanto questões educacionais as mais variadas na problemática estudantil de toda a região adjacente a sua municipalidade. Uma Inspetoria Regional de Ensino viria satisfazer as necessidades prementes da região no que concerne tanto ao corpo docente como discente dos estabelecimentos escolares do meio geográfico em tela, além de realizar um dos anseios maiores da população daquele Município do rico norte paranaense.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, na qualidade de Relator designado ao Projeto de Lei n.º 218-71, requer seja a mesma iniciativa convertida em diligência junto à Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, para se saber da sua oportunidade ou não. Sala das Comissões, em ... de outubro de 1971.

Cândido Martins de Oliveira

ESTADO DO PARANÁ — Gabinete do Governador

Of. N.º 17-72 Curitiba, 17 de janeiro de 1973

Senhor Presidente:

Em atenção ao Ofício SA/1845/71 dessa Presidência, encaminhado ao Senhor Secretário de Educação e Cultura, com a cópia do Projeto de Lei n.º 218-71, pelo qual se pretende a criação de uma Inspetoria Regional de Ensino, com Sede no Município de São Jorge do Ivaí, foi pelo Departamento de Educação prestada a seguinte informação:

"Face à implantação da Reforma de Ensino, instituída pela Lei n.º 5.692 de 11 de agosto de 1971, e, ainda, aos estudos para uma melhor distribuição de áreas de jurisdição das atuais Inspetorias de Ensino, somos de parecer, salvo melhor juízo, que não seja oportuna a presente proposição. Em 15.12.71. (as.) Ademar Madureira, Assessor do Departamento de Educação".

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência meus protestos de real apreço e distinta consideração.

Pedro Viriato Parigot de Souza — Governador do Paraná

Excelentíssimo Senhor

Deputado WILSON FIGUEIREDO FORTES

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/CAPITAL

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 218-71**

PARECER

No Projeto em tela, o nobre Dep. Antonio Franco Ferreira da Costa Filho, visa autorizar o Poder Executivo a criar uma Inspetoria Regional de Ensino, na sede do Município de São Jorge do Ivaí.

Relevando a justificativa apresentada pelo autor da Proposição, mostrando a necessidade de uma Inspetoria Regional de Ensino na região mencionada, concretizando um dos anseios maiores da população daquele Município do rico norte paranaense, julgamos inoportuna a presente proposição, face informação prestada pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado, em atenção ao Ofício SA/1845-71 da Presidência desta Casa, requerido pelo nobre Dep. Cândido Martins de Oliveira, na qualidade de Relator designado ao Projeto de Lei em tela, para que a mesma iniciativa convertida em diligência junto à mesma Secretaria, para se saber da sua oportunidade ou não, do seguinte teor:

"Face à implantação da Reforma de Ensino, instituída pela Lei n.º 5.692 de 11 de agosto de 1971, e, ainda, aos estudos para uma melhor distribuição de áreas de jurisdição das atuais Inspetorias de Ensino, somos de parecer, salvo melhor juízo, que não seja oportuna a presente proposição. Em 15.12.71. (As.) Ademar Madureira, Assessor do Departamento de Educação".

Diante disso, opinamos pela rejeição do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1972.

(aa.) (Ass. ilegível) — Presidente
(Ass. ilegível) — Relator
(Ass. ilegível) — Relator
(Ass. ilegível)
(Ass. ilegível)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 218-71

PARECER

Entendemos nós que criação de uma Inspetoria Regional de Ensino, não tem qualquer óbice no que diz respeito a parte financeira, matéria de nossa competência para opinar.

Assim sendo, nosso parecer é pela sua aprovação.

É c. Parecer.

Sala das Comissões, em 30 de maio de 1972.

(aa.) (Ass. ilegível) — Presidente
(Ass. ilegível) — Relator
(Ass. ilegível)
(Ass. ilegível)

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 218-71

De autoria do ilustre Deputado Antonio Franco Ferreira da Costa Filho, o presente Projeto de Lei autoriza o Poder Executivo a criar uma Inspetoria Regional de Ensino, na sede do Município de São Jorge do Ivaí.

Na douda Comissão de Constituição e Justiça, a proposição foi convertida em diligência, para que a Secretaria de Educação e Cultura se pronunciasse sobre o mérito da matéria. O órgão próprio daquela Secretaria manifestou-se contrário à iniciativa. Em face disso, o relator, na Comissão de Constituição e Justiça, também, se manifestou de maneira desfavorável à aprovação do Projeto de Lei.

Entretanto, examinada a matéria, entendo que, não obstante essas consi-

derações contrárias, ela deve ser aprovada por considerá-la louvável e oportuna.

É o parecer.

Sub-censura.

Sala das Comissões, em ...

(aa.) (Ass. ilegível) — Presidente
Dep. Alvaro Dias — Relator
(Ass. ilegível)
(Ass. ilegível)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 218-72, de autoria do Dep. Muggiati Filho, ex-Emenda ao Projeto de Lei n.º 195-72, que adita e suprime redação que especifica, ao número 16, do artigo 56 do projeto acima referido. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., com Substitutivo. — Aprovado.

EMENDA N.º 3

AO PROJETO DE LEI N.º 195-72

ADITE-SE, ao número 16, do art. 56:

... por lei.

SUPRIMA-SE do mesmo número e artigo as expressões:

... "em Instrução da Secretaria da Fazenda".

JUSTIFICAÇÃO: em Plenário.

Sala das Sessões, 4 de dezembro de 1972.

Deputado Muggiati Filho

Artigo 56.

16. O rito de hasta pública administrativa das mercadorias apreendidas e o rito processual sumário serão fixados em Instrução da Secretaria da Fazenda.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 218-72

I — Para fins de parecer, vem a esta Comissão o presente plano de Lei, de autoria do ilustre Deputado Muggiati Filho, que pretende alteração na Lei n.º 2.364, de 29 de dezembro de 1972 (Lei Orgânica do I.C.M.).

II — Somos favoráveis à iniciativa, porém, nos termos do Substitutivo anexo, para melhor atender à técnica legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de abril de 1973.

(aa.) (Ass. ilegível) — Presidente
Dep. Sebastião Rodrigues — Relator
(Ass. ilegível)
(Ass. ilegível)
(Ass. ilegível)
(Ass. ilegível)

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.º 218-72**

Art. 1.º — O número 16, do artigo 56, da Lei n.º 2.364, de 29 de dezembro de 1972 (Lei Orgânica do I.C.M.), passa a ter a seguinte redação:

"Art. 56 — ...

16. — O rito de hasta pública administrativa das mercadorias apreendidas e o rito processual sumário, serão fixados por lei."

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11.4.73

(aa.) (Ass. ilegível) — Presidente
Dep. Sebastião Rodrigues — Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS
PARECER**

1. — Tratam os Autos de Projeto de Lei n.º 218-72, ex-emenda ao Projeto de Lei n.º 195-72, que adita e suprime redação que especifica ao número 16, do Artigo 56, do referido projeto de Lei.

2. — Pronunciando-se, douda Comissão de Constituição e Justiça entendeu ser favorável à aprovação da matéria, mas nos termos de substitutivo que apresentou, para melhor atendimento da técnica legislativa.

3. — Sendo evidente o interesse público e atendendo que, nos termos do substitutivo apresentado o Projeto de Lei está correto em seu aspecto formal, não vê esta Comissão de Finanças, em seu âmbito, como negar aprovação ao mesmo.

Pela aprovação, é o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 12 de junho de 1973.

(aa.) (Ass. ilegível) — Presidente
Deputado João C. Fadel — Relator
(Ass. ilegível)
(Ass. ilegível)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 160-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 65-73, que objetiva a abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 820.000,00 (oitocentos e vinte mil cruzeiros), à Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública para atender despesas com o Fundo Especial de Reequipamento Médico Sanitário. FUNRESAN. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., em regime de urgência. Aprovado.

ESTADO DO PARANÁ — Gabinete do Governador

MENSAGEM 65-73

Curitiba, 31 de julho de 1973

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva a abertura de um crédito especial no valor de Cr\$ 820.000,00 (oitocentos e vinte mil cruzeiros) à Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública.

2. O crédito especial cuja autorização para abertura é objetivada através do Plano de Lei ora encaminhado a essa Augusta Assembléia Legislativa, é de grande significação e consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, pois destina-se ao atendimento de despesas com a constituição do Fundo Especial de Reequipamento Médico Sanitário — FUNRESAN, criado conforme preceitua a Lei n.º 6.361, de 31 de dezembro de 1972, para solução dos problemas médico sanitários no Estado do Paraná. Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado OSWALDO SANTOS LIMA
Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

3. Em obediência ao disposto na Lei Federal n.º 4.320, de 14 de março de 1964 (Normas Gerais de Direito Financeiro), o anteprojeto prevê, como recurso para cobertura do crédito especial em questão, o necessário cancelamento de verbas, conforme específica, do vigente Orçamento Geral do Estado.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

João Mansur — Presidente da Assembléia Legislativa no exercício do cargo de Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 820.000,00 (oitocentos e vinte mil cruzeiros), para atender despesas com o Fundo Especial de Reequipamento Médico Sanitário — FUNRESAN, criado pela Lei n.º 6.361, de 21 de dezembro de 1972, de acordo com a seguinte discriminação:

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SAÚDE PÚBLICA
UNIDADE: GABINETE DO SECRETÁRIO
PROGRAMA: SAÚDE E SANEAMENTO
SUBPROGRAMA: ADMINISTRAÇÃO
PROJETO: CONSTITUIÇÃO DE FUNDOS ROTATIVOS
DOTAÇÃO: 3201.1501.1003
4.0.0.0 — DESPESAS DE CAPITAL
4.2.0.0 — INVERSÕES FINANCEIRAS
4.2.4.0 — Constituição de Fundos Rotativos Cr\$ 820.000,00

Art. 2.º — Como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a cancelar igual importância, constante da Lei n.º 6.357, de 7 de dezembro de 1972 — Orçamento Geral do Estado, para o exercício de 1973.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 160-73

A Mensagem Governamental, transformada no Projeto de Lei ora em exame, objetiva a abertura de um crédito especial no valor de Cr\$ 820.000,00 (oitocentos e vinte mil cruzeiros), à Secretaria de Saúde Pública, para atender despesas decorrentes da Constituição do Fundo Especial de Reequipamento Médico Sanitário — FUNRESAN.

A iniciativa é de alta significação para a política Médico — Sanitária do Paraná, e encontra perfeito acolhimento na legislação pertinente, eis que obedece às disposições da Lei Federal n.º 4.320, de 14 de março de 1964 (Normas Gerais de Direito Financeiro).

... Pela aprovação.

E o parecer,

S.M.J.

Sala das Comissões, em 22 de agosto de 1973

(aa.) (Ass. ilegível) — Presidente

Dep. Quíelze Crisóstomo da Silva — Relator

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

PARECER COMISSÃO DE FINANÇAS

1. Tratam os Autos de Projeto de Lei n.º 160-73, originado da Mensagem Governamental n.º 65-73, de 31.07.73, que autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 820.000,00 (oitocentos e vinte mil cruzeiros), para atender despesas com o Fundo Especial de Reequipamento Médico-Sanitário — FUNRESAN —, criado pela Lei n.º 6.361, de 21.12.72, de acordo com discriminação que específica, e dá outras providências.

2. Para a abertura do crédito especial foi obedecido o disposto na Lei Federal 4.320, de 14.03.64, que estatui as normas gerais de direito financeiro, havendo, para cobertura de crédito solicitado, sido cancelada igual importância do Orçamento Geral do Estado (Lei n.º 6.357, de 07.12.72), para o exercício de 1973 corrente, além de na Mensagem Governamental, estar perfeitamente articulada a justificativa, evidenciando o interesse da administração pela aprovação da matéria, não vendo, esta Comissão de Finanças, portanto e no âmbito que lhe é próprio, como deixar de dar seu Parecer favorável ao Projeto de Lei testilhado.

Pela aprovação, é o Parecer, s.m.j.

Sala das Comissões em 23 de agosto de 1973

(aa.) (Ass. ilegível) — Presidente

Deputado João C. Fadel — Relator

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Adherbal Stresser, Diretor Superintendente dos Diários Associados. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Franco, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ulisses Oro, ex-Vereador do Município de Guaraniáçu. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Iris Caldwell, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ulisses Oro, comerciante e membro de tradicional família de Guaraniáçu. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Adherbal Stresser, Diretor do "Diário do Paraná" e das TV Paraná, de Curitiba e Coroados de Londrina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hélio Manfrinato, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ulisses Oro. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do

Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de se digne determinar aos órgãos competentes o início para dragagem do canal que dá acesso ao Porto de Antonina.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do "Dia do Professor". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 191-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odilon Reinhardt, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente à Direção da Copel, no sentido de que determine a instalação de rede de energia elétrica a diversos distritos. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações à Firma Igasa, pela campanha encetada em favor da humanização do Trânsito. **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 17, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 177.73 — 166.73 — 168.73 — 182.73 — 198.73 e 199.73.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 218-72.

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 185.72 — 58.73 — 147.73 — 191.73 e 95.73.

Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE FINANÇAS

7.a LEGISLATURA — 3.a SESSÃO LEGISLATIVA

Ata da 7.a Reunião Extraordinária

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de hum mil novecentos e setenta e três, na Sala das Reuniões, às 11 horas, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Alvaro Dias, na qualidade de Vice-Presidente, com as presenças dos Senhores Deputados Membros desta Comissão e havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da Reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando foi relatado o seguinte projeto: PROJETO DE LEI N.º 156-73 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 64-73, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva conceder à Sra. Egypcialinda Velloso de Souza, viúva do Ex-Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, pensão mensal de valor equivalente ao dos atuais subsídios de Governador do Estado. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável, com substitutivo. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu Teresinha B. de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretaria, para que produza os efeitos legais.

(aa) Quíelze C. da Silva — Presidente

Terezinha B. de Moura e Claro — Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7.a LEGISLATURA — 3.a SESSÃO LEGISLATIVA

Ata da 7.a Reunião Ordinária

Aos dez dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e setenta e três, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado Gilberto Carvalho, havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o Deputado Basílio Zanusso apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 208-72 — de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara, que autoriza o Poder Executivo a proceder através do D.E.R., serviços de retificação e revestimento básico do trecho de estrada que liga Xangri-lá a Pontal do Sul, no Município de Paranaguá. PROJETO DE LEI N.º 212-72 — de autoria do deputado Aryzone Araújo que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria, o trecho, de estrada que liga o Município de Marreleiro do Estado do Paraná, ao Município de Campo Erê, no Estado de Santa Catarina. PROJETO DE LEI N.º 43-73 — de autoria do deputado Quíelze Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo passar à responsabilidade do D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga as sedes dos Municípios de Itaguapé e Colorado. PROJETO DE LEI N.º 52-73 — de autoria do Deputado Maurício Fruet, que autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública a Fundação Boutin, com sede nesta Capital. PROJETO DE LEI N.º 62-73 — de autoria do deputado Quíelze Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria dos Transportes, proceder asfaltamento da rodovia que liga a sede do Município de Colorado à Rodovia PR-71, passando pelos Municípios de Nossa Senhora das Graças, Guaraci e Jaguapitã. PROJETO DE LEI N.º 74-73 — de autoria do deputado Antônio Lopes Júnior, que transfere para a jurisdição da Circunscrição de Trânsito do Município de Irati, os Serviços de Trânsito do Município de Inácio Martins. PROJETO DE LEI N.º 91-73 — de autoria do Senhor deputado Cândido Manuel Martins de Oliveira, que declara de utilidade pública a Congregação Mariana de Jovens da Catedral, com sede e foro nesta Capital. PROJETO DE LEI N.º 137-73 — de autoria do deputado Jorge Sato, que autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública o Centro Paranaense de Tradições General Carneiro. PROJETO DE LEI N.º 153-73 — de autoria do deputado Luiz Roberto Soares, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Palmas, área de terreno que específica. PROJETO DE LEI N.º 156-73 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 64-73, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva conceder à Senhora Egypcialinda Velloso Parigot de Souza, pensão mensal equivalente ao valor dos subsídios de Governador do Estado. PROJETO DE LEI: N.º 164-73 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 72-73, que encaminha anteprojeto de lei objetivando introduzir alterações na Lei n.º 6.264, de 10.01.72, que criou o Fundo de Reequipamento do Trânsito — FUNRESTRAN. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 46-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 114-73, que aprova Acordo n.º 03-73, celebrado entre o Governo do Estado e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — Sudesul — objetivando realização de um Curso Intensivo de Especialização Estatística.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 57-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição 198-73, que aprova Acordo n.º 05-73, celebrado entre o Governo do Estado e a Superintendência da Região Sul — Sudesul objetivando a dinamização do Fundo de Água e Esgotos — FAE — do Estado do Paraná, por meio da participação financeira daquela Superintendência. — APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Gilberto Carvalho, e por mim Lélío Guimarães Sotó-Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente
Lélío Guimarães Sotó-Maior — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 208-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a proceder através do Departamento de Estradas de Rodagem, os serviços de retificação e revestimento básico do trecho da estrada que liga Xandgri-lá a Pontal do Sul, no Município de Paranaguá, pelo seu traçado mais direto, numa extensão de 5 km.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10-10-73

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente
Basílio Zanusso — Relatores
Iris Caldart

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 212-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para o Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada situado no Estado do Paraná que liga o Município de Mar-meleiro ao de Campo Erê, no Estado de Santa Catarina.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10-10-73

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente
Basílio Zanusso — Relatores
Iris Caldart

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 43-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir a responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga a sede do Município de Itaguapé a sede do Município de Colorado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10-10-73

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente
Basílio Zanusso — Relatores
Iris Caldart

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 52-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Fundação Boutin, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10-10-73

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente
Basílio Zanusso — Relatores
Iris Caldart

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 62-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a proceder através da Secretaria dos Transportes, o asfaltamento da rodovia que liga a sede do Município de Colorado à Rodovia PR-71, passando pelos Municípios de Nossa Senhora das Graças, Guaraci e Jaguapitã.

Art. 2.º — As despesas decorrentes desta Lei, correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10-10-73

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente
Basílio Zanusso — Relatores
Iris Caldart

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 74-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1.º — Ficam transferidos para a jurisdição da Circunscrição de Trânsito do Município de Irati, os serviços de trânsito do Município de Inácio Martins.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10-10-73

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente
Basílio Zanusso — Relatores
Iris Caldart

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 91-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Congregação Mariana de Jovens da Catedral, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10-10-73

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente
Basílio Zanusso — Relatores
Iris Caldart

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 137-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o Centro Paranaense de Tradições General Carneiro, com sede e foro na cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10-10-73

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente
Basílio Zanusso — Relatores
Iris Caldart

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 153-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Palmas, a área de terreno com uma dimensão de 177.140 m² aproximadamente, localizada na sede do Município, e que se confronta ao Norte, com terras municipais afloradas por diversos; a Leste, com terras de propriedade do Seminário; a Oeste e ao Sul, com parte restante do imóvel de propriedade do Estado, onde se encontra instalada a Escola Normal de Palmas.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10-10-73

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente
Basílio Zanusso — Relatores
Iris Caldart

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 156-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1.º — Fica concedida, a partir de 11 de julho de 1973, à Senhora Egypcialinda Veloso de Souza, viúva do ex-Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, uma pensão mensal de valor equivalente ao dos subsídios de Governador do Estado, vigente àquela data.

Art. 2.º — A beneficiária da pensão de que trata o artigo anterior não se aplicam as disposições das Leis n.ºs 4.763, de 5 de novembro de 1963 e 54-63, de 22 de novembro do mesmo ano.

Art. 3.º — As despesas com a execução da presente Lei correrão à conta das verbas próprias do Orçamento Geral do Estado.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10-10-73

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente
Basílio Zanusso e Iris Caldart — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 164-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1.º — Os artigos 1.º e 3.º da Lei n.º 6.264, de 10 de janeiro de 1972, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.º — Fica criado o Fundo de Reequipamento do Trânsito, com a finalidade de prover recursos para atender despesas de capital do Departamento de Trânsito, Polícia Militar do Estado do Paraná e os Órgãos de Controle de Tráfego que a integram na Capital e no Interior”.

“Art. 3.º — O Fundo de Reequipamento do Trânsito — FUNRESTRAN, será administrado por um Conselho Diretor, composto pelo Secretário de Segurança Pública — como Presidente nato, tendo como membros o Diretor do Departamento de Trânsito, como Vice-Presidente o Comandante Geral da Polícia Militar, o Comandante do Batalhão de Controle de Tráfego da FME, o Assessor de Planejamento do DETRAN, o Assessor Jurídico do DETRAN e por um representante da Secretaria da Fazenda”.

Art. 2.º — Do total dos recursos atribuídos ao FUNRESTRAN, 50% (cinquenta por cento) serão destinados ao Departamento de Trânsito e 50% (cinquenta por cento) à Polícia Militar do Estado e aos Órgãos de Controle de Tráfego que a integram na Capital e no Interior.

Parágrafo Único — O Chefe do Poder Executivo poderá alterar mediante Decreto, os percentuais fixados no “caput” deste artigo.

Art. 3.º — Os demais dispositivos da Lei n.º 6.264, de 10 de janeiro de 1972, não conflitantes com a presente Lei, permanecem produzindo os mesmos efeitos legais.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10-10-73

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente
Basílio Zanusso e Iris Caldart — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 46-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1.º — Fica aprovado os termos do Acordo n.º 3-73, celebrado em 12 de março de 1973, entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando a realização de um Curso Intensivo de Especialização Estatística.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10-10-73

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente
Basílio Zanusso e Iris Caldart — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 57-73
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica aprovado o termo do Acordo n.º 5-73, celebrado em 22 de junho de 1973, entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando a dinamização do Fundo de Águas e Esgotos — FAE, do Estado do Paraná por meio da participação financeira daquela Superintendência.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10-10-73

aa) **Gilberto Carvalho** — Presidente

Basílio Zanusso e Iris Caldart — Relatores

COMISSÃO DE FINANÇAS

7a. LEGISLATURA — 3a. SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 8a. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de outubro do ano de hum mil novecentos e setenta e três, na Sala das Reuniões, às 14,30 (quatorze e trinta), horas, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Quielse C. da Silva, e contando com as presenças dos Senhores Deputados João C. Fadel, Alvaro Dias, Francisco Scorsim, Wilson Fortes e Gilberto Carvalho. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes projetos: PROJETO DE LEI N.º 58-73 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 36-73, encaminhando anteprojeto de lei visando dar destinação ao Patrimônio da Extinta Fundação Paranaense de Colonização e Imigração — F.P.C.I.. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 95-73 — de autoria dos Senhores Deputados Borsari Netto e Maurício Fruct, que dispõe sobre a Proteção dos Recursos Hídricos contra Agentes Poluidores e dá outras providências. Relator Senhor Deputado João C. Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 180-73 — de autoria do Senhor Deputado Quielse C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo transferir para jurisdição da Circunscrição de Trânsito do Município de Maringá, o Serviço de Trânsito dos Municípios de Itaguapé, Santa Inez e Santo Inácio. PROJETO DE LEI N.º 191-73 — de autoria do Senhor Deputado Francisco Borsari Netto, que declara de utilidade pública o Sindicato dos Engenheiros do Paraná. Relator Senhor Deputado João C. Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 202-73 — de autoria do Senhor Deputado Igo Iwant Losso, que declara de utilidade pública o Educandário Mariona Rodrigues de Castro, com sede na cidade de Araucária. Relator Senhor Deputado João C. Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 214-73 — de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato, que autoriza o Poder Executivo a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada que liga a cidade de Castro à estrada do Cerne numa extensão de

15 quilômetros. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 65-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 216-73 — Aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Santo Antonio do Caiuá e Santa Izabel do Oeste, objetivando o fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais. Relator Senhor Deputado João C. Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 66-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 200-73 — Aprova Termo Aditivo de Renovação de Convênio, celebrado entre a Secretaria dos Negócios da Saúde Pública e o Hospital Psiquiátrico Franco da Rocha S.A., da Cidade de Ponta Grossa, objetivando o atendimento de doentes sem recursos, encaminhados pelos Departamento de Saúde Pública, digo de Saúde Mental. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu Teresinha B. de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

aa) **Quielse C. da Silva** — Presidente

Terezinha B. de Moura e Claro — Secretária

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

ATA DA 8a. REUNIÃO — ORDINÁRIA
3a. SESSÃO LEGISLATIVA — 7a. LEGISLATURA

Aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de hum mil novecentos e setenta e três, reuniu-se a Comissão de Saúde Pública, na Sala das Comissões, com a presença dos Senhores Deputados: Domicio Scaramella, Ovídio Franzoni, Wilson Brandão, Xenofonte Villanueva, ausente o Senhor Deputado Aryzone Mendes de Araujo, presidente em exercício desta Comissão. Havendo número legal, o Senhor Vice-Presidente Deputado Domicio Scaramella, assumiu a Presidência e declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da Sessão anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foi relatado o seguinte Projeto de Resolução n.º 66-73 — Ex-Proposição n.º 200-73 — Mensagem n.º 61-73 do Poder Executivo — Aprova Termo Aditivo de Renovação de Convênio, celebrado entre a Secretaria dos Negócios da Saúde Pública e o Hospital Psiquiátrico Franco da Rocha S.A., da cidade de Ponta Grossa, objetivando o atendimento de doentes sem recursos, encaminhados pelo Departamento de Saúde Mental. Autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Relator: Deputado Ovídio Franzoni. Parecer favorável — Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrado os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu secretária Elza Carneiro Camargo, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, é assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, a fim de que produza os efeitos legais.

aa) Deputado **Domicio Scaramella** — Vice-Presidente
Elza Carneiro Camargo — Secretária